

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIRIO

CONCURSO PÚBLICO

PROVIMENTO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

EM EDUCAÇÃO

ARQUITETO / URBANISTA

2014

1) Discrimine as unidades de dimensionamento de área útil:

- a) É a área dos compartimentos não habitáveis
- b) É a área de dimensionamento do piso de um compartimento
- c) É a área do dimensionamento das partes comuns de uma edificação
- d) É a área do espaço descoberto dos fundos do estacionamento
- e) É a soma das áreas habitáveis da unidade

2) A denominação correta para a expressão “área non-edificanti” é a seguinte:

- a) Área não habitável de uma edificação.
- b) Área descoberta lateral de uma edificação.
- c) Dimensionamento de área comum de uma edificação.
- d) Área útil do pavimento somada com as áreas comuns.
- e) Área na qual a legislação em vigor nada permite ser construído ou edificado.

3) Conforme o Decreto nº 7.336, de 5 de janeiro de 1988, do Código de Obras do Município do Rio de Janeiro acerca da Aprovação do Regulamento de Construção de Edificações Residenciais Multifamiliares, nos estacionamentos cobertos a altura de mínima do piso ao teto deverá ser de

- a) 2,50m
- b) 3,00m
- c) 2,00m
- d) 2,20m
- e) 2,80m

4) Complete a lacuna **CORRETAMENTE**:

Conforme o Decreto nº 7336, de 5 de janeiro de 1988, uma das condições necessárias nos prismas de ventilação é que nenhum dos lados da figura formada pela seção horizontal poderá ser menor do que.....da altura do prisma, não podendo sua medida ser menor que 1,00m , devendo os ângulos internos da figura formada pela seção estarem compreendidos entre 90° e 180°.

- a) 1/8 (um oitavo)
- b) 1/10 (um décimo)
- c) 1/20 (um vigésimo)
- d) 1/15 (um quinze)
- e) 1/6 (um sexto)

5) Segundo o Decreto nº 7336, do Código de Obras do Município do Rio de Janeiro, a profundidade mínima pela qual são livres de quaisquer exigência, quanto à largura, as reentrâncias em fachadas (frontais, laterais ou de fundos) é de

- a) 0,80m
- b) 1,00m
- c) 0,60m
- d) 1,20m
- e) 0,70m

6) Segundo as normas da ABNT NBR9050, as circulações para utilização de cadeirantes e pessoas deverão ter piso não escorregadio com revestimento uniforme, sem interrupção por degraus ou mudanças abruptas de nível, devendo dispor de medidas mínimas de

- a) 1,00m
- b) 1,80m
- c) 1,20m
- d) 1,50m
- e) 2,00m

7) Em um acesso por rampa a uma edificação, está prevista a instalação de um corrimão tubular com seção circular de 4,5cm. O corrimão confeccionado com tubos em seção circular deverá ter duas alturas e terminais em arco, efetuando-se perfeita concordância entre as duas alturas executadas. As alturas ideais, superior e inferior das barras instaladas horizontalmente, em relação ao piso existente no local, prevendo-se que a utilização deste equipamento será para uso de pedestres, deficientes e cadeirantes são, respectivamente,

- a) 0,80m e 0,40m
- b) 0,70m e 0,35m
- c) 0,98m e 0,78m
- d) 1,05m e 0,65m
- e) 0,92m e 0,70m

8) A **CORRETA** instalação de sinalização tátil direcional de modulação de piso é a seguinte:

- a) No centro das calçadas deve ser instalada a sinalização para identificar o centro dos passeios públicos do local.
- b) Quando a sinalização vertical das placas instaladas em elementos de postes galvanizados são em tonalidades claras.
- c) Quando o conjunto de técnicas externas são disponibilizadas para utilização em cores diferentes para composição estética do logradouro.
- d) Quando existirem edificações para causar referência de proximidade dos muros e das grades nos logradouros.
- e) Nos pontos de ônibus deve ser instalada a sinalização tátil de alerta ao longo do meio fio e o piso tátil direcional, demarcando o local de embarque e desembarque.

9) Os percentuais limites estabelecidos, utilizados na inclinação das construções de rampas, prevendo-se a utilização de patamares de descanso a cada 50m de percurso é entre

- a) 5,20% a 7,4%.
- b) 6,12% e 8,88%.
- c) 6,25% e 8,33%.
- d) 9% a 10%.
- e) 7% a 11,34%.

10) A dimensão da extensão final do prolongamento, incluindo a seção curva, ligando em um corrimão para deficientes as duas alturas das seções tubulares horizontais antes do início e após o término das instalação do corrimão nas rampas ou escadas é de

- a) 0,23m
- b) 0,30m
- c) 0,45m
- d) 0,25m
- e) 0,50m

11) As cotas mínimas de um banheiro acessível para utilização de deficiente cadeirante com instalação de bacia sanitária com barras de apoio laterais e pequeno lavatório apropriado em altura para a referida utilização é

- a) 1,65m X 2,00m
- b) 1,48m X 1,95m
- c) 2,20m X 2,50m
- d) 1,50m X 1,70m
- e) 1,50m X 1,60m

12) Em um banheiro para deficientes cadeirantes, junto à bacia sanitária, devem ser dispostas barras de apoio laterais com comprimento mínimo de 0,80m. Sua distância ideal do piso é de

- a) 0,75m
- b) 0,85m
- c) 0,65m
- d) 0,95m
- e) 0,80m

13) Em um de projeto de uma edificação destaque os elementos de compatibilização do projeto em relação aos afastamentos laterais e recuo frontal que devem ser estudados e verificados para que haja uma perfeita localização da construção são

- a) Implantação da edificação no terreno e estudo do volume da edificação em relação aos respectivos afastamentos laterais, frente e fundos.
- b) Elementos estruturais em consonância com a arquitetura.
- c) Elementos de instalações elétricas, quadros de distribuição interna e pontos de tomada.
- d) Pintura do teto das cozinhas.
- e) Faixas decorativas nos banheiros.

14) Em um projeto, em que as áreas molhadas não têm rebaixo para esconder as tubulações de esgoto, instalações elétricas e de exaustão, o elemento construtivo que deve ser aplicado, para que haja uma perfeita consonância estética e visual no interior destas unidades residenciais é

- a) rebaixamento em forro.
- b) pintura das tubulações aparentes.
- c) revestimento de papel kraft.
- d) revestimento de argamassa rugosa.
- e) aplicação de impermeabilizante asfáltica.

15) A melhor sequência de etapas para compatibilização dos projetos em um empreendimento de construção a ser executado é a seguinte

- a) O empreendimento deverá contar com construções em dois blocos.
- b) O processo de pintura deverá ser em tonalidade padrão.
- c) A execução dos projetos deve seguir pelas etapas de estudos preliminares, ante projeto, projeto legais, projeto semi executivo e projeto executivo.
- d) A execução dos projetos deve seguir pelas etapas preliminares.
- e) A testada principal do lote está voltada para leste

16) O melhor procedimento de viabilidade na implantação de construção de uma edificação residencial em determinada área é

- a) Apresentação do projeto arquitetônico adotado com configuração da edificação com o respectivo estudo das fachadas.
- b) Apresentação com levantamento de dados e definição das etapas compreendendo o objetivo da obra, o programa de necessidades do cliente, as informações sobre o terreno, consulta ao Código de obras do Município e todos os instrumentos específicos de informações necessárias.
- c) Complementação do projeto executivo de exaustão mecânica nos banheiros internos das edificações.
- d) Apresentação dos projetos de iluminação das áreas comuns da edificação.
- e) Apresentação dos projetos de instalação e mobiliário do Salão Gourmet a ser localizado no quarto pavimento da edificação.

17) A afirmação a mais indicada para definir a fase do projeto executivo na execução de um empreendimento de construção de um conjunto de edificações multifamiliares é a seguinte:

- a) Apresentação do partido arquitetônico adotado, demonstrando a configuração da edificação e a respectiva implantação no terreno, incorporando as exigências definidas no programa de necessidade do cliente.
- b) Fase de definições em que são relacionados os objetivo da obra, o programa de necessidade do cliente, informações sobre o terreno e a consulta ao Código de Obras do Município e demais instrumentos específicos de informação que se façam necessários.
- c) Constitui a solução desenvolvida já compatibilizada com todos os projetos complementares, com todas as informações necessárias à execução da obra. Compõe-se do projeto de arquitetura devidamente compatibilizado com os projetos complementares (de implantação, e as intervenções no terreno para a execução das edificações, projeto de infra e supra estruturas, projetos das instalações elétricas, hidro-sanitárias, exaustão, elevadores).
- d) Complementação do projeto de arquitetura com detalhes construtivos em escala apropriada necessárias a uma melhor visualização e ao entendimento da execução na obra.
- e) Estudo dos revestimentos a serem adotados nas fachadas dos prédios e na proteção dos elementos de escoamento de águas servidas e águas pluviais das coberturas e varandas, com as derivações para escoamento no pavimento térreo com as ligações aos coletores públicos existentes.

18) Na execução de uma cobertura utilizando-se telhas tipo canal, de cerâmica, o espaçamento dos caibros de madeira distribuídos sobre as terças deve ser de

- a) 0,65m
- b) 0,50m
- c) 0,30m
- d) 0,35m
- e) 0,70m

19) Na execução da fundação de uma edificação em local onde o solo e a camada de água subterrânea não tem substâncias químicas agressivas a utilização de cimento com propriedades especiais não é necessária. O cimento mais indicado para utilização, nestas condições, tendo as características de melhor compatibilidade e custo é o

- a) CII-E
- b) CPI
- c) CII-F
- d) CP V- ARI
- e) CP IV

20) O tipo de cimento que melhor se adapta para a utilização em estações de tratamento de rede de esgotos, de águas servidas ou industriais, água do mar, sendo recomendado para obras em regiões litorâneas, subterrâneas e marítimas, oferecendo resistência aos meios agressivos sulfatados é

- a) CP II-F
- b) CP III
- c) CP IV
- d) CP II-Z
- e) CP RS

21) A ferramenta utilizada para rebater um grupo de entidades em torno de um eixo determinado pelo usuário é denominado

- a) Trim
- b) Extend
- c) Stretch
- d) Chanfer
- e) Mirror

22) O comando que permite uma ou mais entidades esticadas ou encolhidas é denominado

- a) Break
- b) Stretch
- c) Scale
- d) Rotate
- e) Array

23) O método utilizado na determinação da diferença de nível entre dois ou mais pontos da superfície terrestre é conhecido como

- a) geométrico
- b) trigonométrico
- c) desnível entre um ponto e a superfície de origem
- d) altimétrico
- e) nivelamento barométrico

24) Em topografia, a medição de distância entre dois pontos, mesmo que o terreno seja acidentado é sempre considerado como

- a) distância vertical pela referência inicial medida.
- b) distância do ponto de referência pela altura considerada.
- c) distância do plano padrão ao plano de referência.
- d) distância horizontal.
- e) distância oblíqua pela referência padrão estimada.

25) Pelo projeto da Lei complementar nº 31/2013, a cota mínima a ser adotada na construção de uma calçada e a largura mínima que deverá ser deixada livre de quaisquer obstáculos são, respectivamente,

- a) 2,00 e 1,50m
- b) 3,00 e 1,80m
- c) 2,80 e 1,80m
- d) 2,50 e 1,50m
- e) 2,40 e 1,80m

26) Segundo a Lei Complementar nº 31/2013, art. 234, a que distância máxima dos semáforos, as concessionárias devem executar ou recuperar as rampas de acessibilidade, por ocasião da realização de obras de reparos em instalações subterrâneas, no subsolo das calçadas:

- a) 11m
- b) 15m
- c) 10m
- d) 20m
- e) 23m

27) Conforme a Lei Complementar 31/2013, Capítulo VI, art. 185, parágrafo 2, a configuração construtiva, por ocasião de uma obra de restauração em uma edificação tombada, pode ser adotada para ventilar e iluminar os compartimentos de permanência prolongada é do tipo

- a) circulações laterais abertas.
- b) área aberta com elementos vazados.
- c) aberturas anexas e protegidas com grade fixa.
- d) clarabóias.
- e) portas com veneziana e postigos com vidro liso.

28) Em um imóvel tombado, a altura mínima na construção de um jirau desde que satisfaça as exigências legais e não prejudique as condições de iluminação e ventilação é igual a

- a) 2,10m
- b) 2,20m
- c) 2,50m
- d) 2,40m
- e) 2,80m

29) As mudas de árvores necessárias para plantio em edificações com ATE superior a 150 m² é igual a

- a) 3 mudas de arvores.
- b) 5 mudas de arvores.
- c) 15 mudas de arvores.
- d) 2 mudas de arvores.
- e) 1 muda de árvore.

30) Em caso comprovado da impossibilidade total ou parcial de plantio de mudas de árvores, no lote correspondente da edificação, o plantio deverá ser executado no máximo na seguinte distância da construção da edificação:

- a) 200m.
- b) 450m.
- c) 500m.
- d) 100m.
- e) 300m.

31) A NBR 5410/1997, tratando de cargas de tomadas, preconiza que as tomadas de uso específico devem ser atribuídas a uma potência

- a) de no mínimo, 1500 VA e no máximo 2200 VA, para tensão de 220V.
- b) de no mínimo, 600 VA por tomada, até três tomadas, e 100 VA, por tomadas, para as excedentes.
- c) igual a 1,25 vezes a potência nominal do equipamento a ser alimentado.
- d) igual a 1,50 vezes a potência nominal do equipamento a ser alimentado.
- e) igual à potência nominal do equipamento a ser alimentado.

32) As ligações de energia elétrica aos consumidores poderão ser monofásicas, bifásicas ou trifásicas de acordo com sua carga. A carga prevista para um medidor bifásico e o número de condutores compatíveis são, respectivamente,

- a) Entre 5 e 7 KW e 3 condutores.
- b) Entre 8 e 12 KW e 4 condutores.
- c) Entre 8 e 16 KW e 4 condutores.
- d) Entre 4 e 8 KW e 3 condutores.
- e) Até 4 KW e 2 condutores.

33) A altura máxima em uma coluna de água em função da pressão estática máxima permissível é de

- a) 50 m
- b) 40 m
- c) 60 m
- d) 70m
- e) 30

34) No cálculo das dimensões da caixa d'água elevada de uma edificação, a margem percentual do consumo diário para o cálculo da reserva de incêndio é entre

- a) 15 a 20% do consumo diário.
- b) 10 a 15% do consumo diário.
- c) 12 a 18% do consumo diário.
- d) 18 a 25% do consumo diário.
- e) 12 a 15% do consumo diário.

35) A distância mínima de localização de um poço de água em relação a uma construção de uma fossa séptica no local, prevendo-se que o poço deve ficar em uma posição mais elevada do terreno é igual a

- a) 15m
- b) 40m
- c) 10m
- d) 30m
- e) 20m

36) Em uma sondagem, o número de furos mínimos em relação a área ocupada pela edificação deve ser de

- a) 3 furos p/ 100m²
- b) 2 furos p/ 200 m²
- c) 3 furos p/ 150m²
- d) 2 furos p/ 160 m²
- e) 3 furos p/ 180 m²

37) O nome do tipo de sapata localizada no projeto de fundações de uma edificação, na divisa do lote ocupado é

- a) Sapata de divisa ou alavancada.
- b) Sapata isolada.
- c) Sapata corrida.
- d) Sapata estruturada.
- e) Sapata projetada.

38) Segundo a Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, art.23 inciso I, o valor permissível para a realização da modalidade de licitação de Obras e Serviços de Engenharia , denominada CONVITE é de, em reais,

- a) 200.000,00
- b) 150.000,00
- c) 120.000,00
- d) 400.000,00
- e) 100.000,00

39) Segundo o Dec. Nº 7983, de 08 de abr 2013, cap.II, “Da Elaboração do Orçamento de Referência de Obras e Serviços de Engenharia”, o sistema de custos unitários de referência para utilização da elaboração de orçamentos para obras e serviços de engenharia no âmbito da área pública é denominado

- a) BOLETIM DE CUSTOS.
- b) SINDUSCON.
- c) SINAPI.
- d) REVISTAS DE PREÇOS.
- e) PINI – VOLARE.

40) Segundo a Resolução do Confea, nº 1.024, de 21 agosto de 2009, o documento de registro de todas as atividades relacionadas com o desenvolvimento da obra e serviço de engenharia em execução, além do Termo de Abertura, datas do início e a previsão do tempo do empreendimento, assim como todas as observações dos responsáveis técnicos da obra, contratado e Fiscalização como representante do contratante e demais profissionais responsáveis é denominado

- a) Livro de Ordem de Obras e Serviços.
- b) Caderno de encargos.
- c) Documento de Anotações.
- d) Bloco da obra.
- e) Folha de anotação.

Publicidade danosa à criança

*Dalmo de Abreu Dallari**

O controle da publicidade dirigida à criança vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão, que é um direito fundamental da pessoa humana. Essa distinção é essencial, pois retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio, tentam sustentar a alegação de inconstitucionalidade das normas legais e regulamentares que fixam diretrizes para a publicidade dirigida à criança. Essa diferenciação entre o direito à liberdade da publicidade com o objetivo de promoção de vendas e, portanto, como capítulo da liberdade de comércio, e as limitações da publicidade que vise a captação de vontades, de maneira geral, afetando negativamente direitos fundamentais da pessoa humana, foi ressaltada com grande ênfase e com sólido embasamento jurídico pela Corte Constitucional da Colômbia, em decisão proferida no final de 2013. A questão que suscitou o pronunciamento da Corte Constitucional colombiana era a publicidade do tabaco e, tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão, que é atributo da pessoa humana universalmente consagrado, a Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas à publicidade comercial, para a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Essas considerações são necessárias e oportunas no Brasil, para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, enquanto seres humanos, assim como aos direitos e garantias que lhes são especificamente assegurados em documentos jurídicos internacionais e, expressamente e com grande ênfase, na Constituição brasileira de 1988. Como ponto de partida para as considerações jurídicas sobre a constitucionalidade das limitações legais e regulamentares à publicidade dirigida à criança, vem muito a propósito lembrar o que dispõe o artigo 227 da Constituição: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida..., à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Um dos instrumentos jurídicos tendo por objetivo garantir a efetividade desses dispositivos constitucionais é o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), órgão vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, criado pela Lei nº 8.242, de 1991. Entre suas atribuições está a competência para “elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente”, incluindo-se aí, evidentemente, a competência para o estabelecimento de diretrizes visando dar efetivo cumprimento às obrigações internacionais assumidas pelo Brasil em relação aos direitos da criança e do adolescente, de modo especial na Convenção sobre os Direitos da Criança, incorporada ao sistema normativo brasileiro em 1990. A isso tudo se acrescentam inúmeros dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei número 8.069, também de 1990, cujo artigo 72 dispõe que as obrigações nele previstas não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Foi justamente no sentido de dar efetividade a essas disposições jurídicas, que configuram obrigações do Estado brasileiro, que o Conanda editou a Resolução 163/2014, de 4 de Abril de 2014, fixando diretrizes sobre a publicidade comercial que é dirigida maliciosamente à criança, explorando suas fragilidades e, assim, ofendendo seus direitos fundamentais, induzindo-a a sentir a necessidade de consumir determinados bens e serviços, tendo o objetivo prioritário de proporcionar lucro aos anunciantes. A Resolução considera abusivo o direcionamento da publicidade e de comunicação mercadológica à criança, “com a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço”. São abusivos os anúncios que contêm linguagem infantil, trilhas sonoras de músicas infantis, desenho animado, promoção de distribuição de prêmios ou brindes colecionáveis, com apelo ao público infantil entre outros aspectos.

Voltando à observação inicial, essa Resolução do Conanda tem perfeito enquadramento nas disposições constitucionais e contribui para que o Brasil dê efetividade às obrigações jurídicas assumidas internacionalmente com relação à proteção dos direitos e da dignidade da criança e do adolescente. Não tem cabimento a alegação de inconstitucionalidade da Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências, que são direitos e obrigações jurídicas do Conanda e que, efetivamente, é um passo importante para o afastamento de abusos que são frequentemente cometidos na publicidade comercial dirigida ao público infantil. A proteção e a busca de efetivação dos direitos da criança e do adolescente devem ter, por determinação constitucional, absoluta prioridade sobre objetivos comerciais, não se podendo admitir que a liberdade de comércio se confunda com a liberdade como direito fundamental da pessoa humana. A aplicação da Resolução do Conanda será extremamente valiosa, contribuindo para que na vida social brasileira a criança e o adolescente sejam tratados como prioridades.

* *Dalmo de Abreu Dallari* é jurista. - *Jornal do Brasil digital* [HTTP://www.jb.com.br/dalmo-dallari/noticias/2014](http://www.jb.com.br/dalmo-dallari/noticias/2014)

41) O resumo mais adequado para o texto “Publicidade danosa às crianças” está indicado em

- a) Apresentando um breve histórico da educação de crianças no Brasil, o texto sobre Publicidade e Propaganda aborda sobre a linguagem. Há uma conceituação de propaganda enganosa e abusiva e, finalmente, trata da especificidade da mídia para crianças, relatando a influência e os efeitos da propaganda nesse público. Sendo a criança o ponto central, torna-se imprescindível a conceituação desse *target* e defendendo-a como ser humano em desenvolvimento. Elenca, por fim, os instrumentos jurídicos brasileiros, comparando-os aos da Corte colombiana, que, em tempos outros, decidiu sobre a propaganda de tabaco com repercussões públicas desfavoráveis à época.
- b) Sendo o impacto da propaganda destinada ao público infantil importante para as empresas e a sociedade, o artigo apresenta o entendimento das crianças na tarefa de interpretar/decodificar uma propaganda. O estudo, de caráter exploratório, envolveu pesquisa bibliográfica e entrevistas com crianças, além dos instrumentos jurídicos brasileiros, a exemplo da Constituição Federal de 1988, o Conanda e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Os resultados sugerem que as crianças reconhecem as marcas, conseguem entender os comerciais e manifestam influência das propagandas no consumo. Por isso, é essencial estudar o comportamento do consumidor, associando à liberdade de expressão, direito fundamental do ser humano.
- c) Baseando-se no direito fundamental do homem, trata o texto de posicionamento crítico acerca do controle da publicidade dirigida à criança, combatendo a ideia de direito à liberdade da publicidade para alcançar a promoção de vendas, visto a influência negativa que essa exerce nos pequenos. Traz à lume a decisão da Corte Constitucional da Colômbia quanto à publicidade do tabaco, ao enfatizar quão oportuna é a discussão sobre o tema no Brasil, mostrando que existem outros instrumentos jurídicos a exemplo do Conanda e do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a Constituição de 1988. Por fim, ratifica a necessidade de proteção dos direitos e da dignidade da criança em detrimento ao lucro incomensurável dos comerciantes.
- d) Buscando o discurso publicitário como um tipo de produção simbólica que objetiva fazer a aproximação entre o produto anunciado e o público-alvo, o artigo tem como objetivo analisar a publicidade à luz dos instrumentos jurídicos brasileiros, considerando a propaganda como um indicador privilegiado do contexto sociocultural onde é veiculada. A hipótese desenvolvida é que a publicidade recupera os elementos que fazem parte do repertório da cultura da sociedade a qual se dirige e, assim, pode ser considerada um reflexo das relações de sociabilidade e da cultura dessa sociedade. Nesse caso específico, a criança é um ser extremamente vulnerável, cabendo ao Estado protegê-la a exemplo do que acontece com outros países como a Colômbia.
- e) Defendendo a ideia de que a publicidade dirigida ao público infantil é danosa porque pressiona as crianças a desejarem cada vez mais bens de consumo, associando-os a um discurso enganoso de alegria, felicidade e status social, o artigo apresenta de forma analógica as repercussões ocorridas no Brasil e na Colômbia acerca dos instrumentos jurídicos que regem o bem estar das pessoas, especialmente, as crianças. Baseado no Conanda conclui que, além de trazer sofrimento às crianças que não podem adquirir esses bens devido à falta de recursos financeiros, essa pressão causa estresse familiar e não pode ser devidamente elaborada pelos pequenos, cujo senso crítico ainda está em desenvolvimento.

42) A dicotomia que representa o tema central do texto é

- a) direitos fundamentais X convivência familiar.
- b) liberdade de publicidade X promoção de vendas.
- c) direcionamento da publicidade X comunicação à criança.
- d) liberdade de comércio X liberdade de expressão.
- e) linguagem infantil X linguagem dos adolescentes.

43) De acordo com a norma padrão culta da língua, é **INADEQUADA** a ausência do acento indicativo de crase na seguinte relação de regência:

- a) “tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial (...)”(1º.º§)
- b) “(...) para as considerações jurídicas sobre a constitucionalidade das limitações legais e regulamentares (...)” (2º.º§)
- c) “(...) pois retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio,(...)” (1º.º§)
- d) “(..) e as limitações da publicidade que vise a captação de vontades, (...)” (1º.º§)
- e) “(...) ,contribuindo para que na vida social brasileira a criança e o adolescente sejam tratados como prioridades. (5º.º§)

44) No trecho, “Essa diferenciação entre o direito à liberdade da publicidade com o objetivo de promoção de vendas e, portanto, como capítulo da liberdade de comércio,(...)”, a palavra em destaque estabelece, com o período anterior, valor semântico de

- a) conclusão.
- b) causa.
- c) explicação.
- d) consequência.
- e) oposição.

45) O trecho em que há falta de paralelismo entre os termos, de acordo com a norma culta padrão, é

- a) “(...) era a publicidade do tabaco e, tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão,(...)” (1º.º§)
- b) “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida..., (...)” (2º.º§)
- c) “(...) em relação aos direitos da criança e do adolescente, de modo especial na Convenção sobre os Direitos da Criança, incorporada ao sistema normativo brasileiro em 1990.” (3º.º§)
- d) “Voltando à observação inicial, essa Resolução do Conanda tem perfeito enquadramento nas disposições constitucionais e contribui (...)” (5º.º§)
- e) “para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, enquanto seres humanos, assim como aos direitos e garantias que lhes são especificamente assegurados (...)” (2º.º§)

46) Em relação à palavra em destaque, o fragmento que apresenta valor sintático- semântico diferente é

- a) “(...) e não à liberdade de expressão, que é um direito fundamental da pessoa humana.”(1º.º§)
- b) “(...) retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio, tentam sustentar a alegação de inconstitucionalidade das normas legais (...)” (1º.º§)
- c) “(...) direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão, que é atributo da pessoa humana universalmente consagrado, (...)” (1º.º§)
- d) “(...) Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências,(...)” (5º.º§)
- e) “(...) cumprimento das competências, que são direitos e obrigações jurídicas do Conanda e que, efetivamente, é um passo importante (...)” (5º.º§)

47) A derivação verbo/ nome de mesma relação semântica está contemplada no seguinte par:

- a) direcionar / direito
- b) cumprimentar / cumprimento
- c) disponibilizar / dispositivos
- d) alegar / alegação
- e) dignificar / dignidade

48) A **CORRETA** identificação da função sintática do pronome sublinhado está indicada em

- a) "(...) e garantias que lhes são especificamente asseguradas em documentos jurídicos internacionais, (...)" (2º§) – adjunto adnominal
- b) "(...) vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão" – sujeito
- c) "(...) cujo artigo 72 dispõe que as obrigações nele previstas não excluem" (3º§) – complemento nominal
- d) "(...) com a intenção de persuadi-la para consumo de qualquer produto ou serviço (...)" (4º§) – objeto direto
- e) "(...) não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados." (3º§) – objeto indireto

49) No 3º parágrafo, a palavra ou expressão que faz a coesão entre as duas exposições, a saber: dos instrumentos jurídicos e dos dispositivos do Estatuto da Criança é

- a) cujo artigo.
- b) entre suas atribuições.
- c) nele.
- d) outras decorrentes.
- e) A isso tudo.

50) O ponto de vista defendido pelo enunciador acerca da influência da propaganda na vida das crianças é

- a) "São abusivos os anúncios que contém linguagem infantil, trilhas sonoras de músicas infantis, desenho animado, promoção de distribuição de prêmios (...)" (4º§).
- b) "Não tem cabimento a alegação de inconstitucionalidade da Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências (...)" (5º§).
- c) "A Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas à publicidade comercial, para a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana." (1º§)
- d) "O controle da publicidade dirigida à criança vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão, (...)" (1º§)
- e) " Um dos instrumentos jurídicos tendo por objetivos garantir a efetividade desses dispositivos constitucionais é o Conselho Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) (3º§).

51) A expressão *Essas considerações*, no início do 2º parágrafo, refere-se

- a) ao pronunciamento da Corte Constitucional Colombiana, especificamente, retomando o argumento de autoridade do 1º parágrafo.
- b) à rejeição de alegação de inconstitucionalidade e das limitações jurídicas, ratificando a negação predominante no texto.
- c) à decisão sugerida no final de 2013, exclusivamente, contrapondo essa ideia à exposta no 2º parágrafo como argumento mais forte.
- d) à valorização a ser dada ao longo do texto acerca da posição brasileira sobre a propaganda e a influência à formação infantil, corroborando a tese defendida.
- e) ao exposto no 1º parágrafo, abrindo um novo estágio no processo de argumentação.

52) No trecho: " (...) e contribui para que o Brasil dê efetividade às obrigações jurídicas assumidas internacionalmente com relação à proteção (...)" (5º§), a oração em destaque indica, semanticamente, em relação à anterior, ideia de

- a) causa.
- b) concessão.
- c) proporção.
- d) consequência.
- e) finalidade.

53) Uma estratégia de argumentação utilizada pelo enunciador do texto é

- a) discorrer sobre a influência da Conanda nas atitudes dos adolescentes.
- b) expor diferentes comparações relativas às situações semelhantes em diferentes países.
- c) apresentar o que ocorreu na Corte Constitucional da Colômbia com a publicidade do tabaco.
- d) exemplificar a reação das crianças perante determinadas propagandas vinculadas na TV no ano de 2013.
- e) relatar fatos que influenciaram a decisão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

54) Para a finalização de seu texto, o enunciador utiliza a seguinte estratégia:

- a) Ratifica o exposto no artigo 227 da Constituição, exemplificando com caso concreto.
- b) Retoma o exposto no 3º§, apresentando as propriedades da Conanda e da Constituição.
- c) Fixa as diretrizes de novas ações para evitar novos abusos.
- d) Descreve a necessidade de cumprimento das obrigações internacionais.
- e) Determina diretrizes efetivas para novos procedimentos em âmbito nacional.

55) A linguagem predominante no texto é a referencial porque o produtor do texto

- a) utiliza processos expressivos para introduzir sentidos diferentes de palavras e expressões.
- b) apresenta modificações na estrutura das orações subordinadas.
- c) discorre acerca de fatos reais para defesa de seu ponto de vista.
- d) confronta elementos diversos com a presença de conjunções coordenadas.
- e) amplia o sentido das expressões populares com emprego de relações do tipo parte pelo todo.

56) O texto argumentativo é estruturado em três grandes partes, a saber: introdução, desenvolvimento e conclusão. Para sustentar seus argumentos, no desenvolvimento, o enunciador utiliza a seguinte estratégia de argumentação:

- a) argumento de autoridade, ao citar instrumentos jurídicos brasileiros.
- b) relação causa / consequência, ao citar instrumentos jurídicos de outros países.
- c) dados numéricos, ao propor levantamento de diferentes resoluções vinculadas à Secretaria de Direitos Humanos.
- d) analogia, ao comparar diferentes propagandas comerciais destinadas às crianças.
- e) ilustração, ao contar fatos de exploração infantil ocorridos em diferentes famílias.

57) O enunciador vai construindo o seu ponto de vista ao longo do texto. Os vocábulos utilizados que corroboram, semanticamente, o ponto de vista defendido é

- a) maliciosamente / abusos.
- b) obrigação / diretrizes.
- c) direcionamento / prioritário.
- d) colecionáveis / distribuição.
- e) linguagem infantil / disposição jurídica.

58) Há marca de oralidade no seguinte trecho:

- a) “(...) para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, (...) assim como os direitos (...)”
(2º. §)
- b) “ (...) incluindo-se aí, evidentemente, a competência para o estabelecimento de diretrizes (...)” (3º. §)
- c) “A isso tudo se acrescentam inúmeros dispositivos do Estatuto da criança e do Adolescente, lei número 8.069, (...)” (3º. §)
- d) “ (...) que configuram obrigações do Estado brasileiro, que o Conanda editou a Resolução 163/2014, (...)”
(4º. §)
- e) “ Essas considerações são necessárias e oportunas no Brasil, (...)” (2º. §)

59) A **CORRETA** classificação da predicação dos verbos em destaque está contemplada em

- a) “Essa distinção é essencial, pois retira a base jurídica” (transitivo indireto).
- b) “A Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas (...)” (transitivo direto e indireto).
- c) “A questão que suscitou o pronunciamento da Corte (...)”(transitivo direto).
- d) “A resolução considera abusivo o direcionamento da publicidade (...)” (verbo de ligação).
- e) “(...) para que se dê efetividade aos direitos fundamentais da criança (...)” (verbo transitivo direto).

60) A função das aspas no 2º. e no 3º. parágrafos é

- a) representar uma legenda jurídica.
- b) assinalar uma crítica irônica.
- c) realçar o sentido de uma expressão.
- d) destacar uma transcrição textual.
- e) separar uma expressão explicativa.

61) Suponha que um usuário está utilizando um computador com Sistema Operacional Windows e, para liberar espaço no disco rígido (Hard Disk - HD) do computador, resolveu apagar alguns arquivos do HD da seguinte forma: selecionar o arquivo, clicar com o botão direito do mouse e, posteriormente, escolher a opção Excluir. Após terminar de apagar todos os arquivos desejados, ele percebeu que apagou por engano um arquivo muito importante. A fim de recuperá-lo, o usuário deve

- a) acessar a *Cache*, selecionar o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
- b) acessar o diretório onde estava o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
- c) acessar a Lixeira, selecionar o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
- d) o arquivo não pode ser recuperado sem a utilização de ferramentas específicas para a recuperação de arquivos.
- e) desligar o computador para que este atualize o controle dos arquivos a serem recuperados.

62) Uma loja decide dar um prêmio aos funcionários que alcançarem vendas 50% acima da meta estipulada. Suponha uma tabela em que cada linha terá os dados de um vendedor, na coluna C terá a meta de cada vendedor (valor na moeda brasileira Real) e na coluna D, o somatório da venda de cada vendedor no período pré-estipulado (valor em Reais). Deseja-se que as palavras "Recebe Prêmio" e "Não Recebe Prêmio" sejam colocadas automaticamente na coluna E em função dos valores presentes nas colunas C e D. Como exemplo, o conteúdo da célula E2 seria

- a) =SE(D2>(C2*1,5);ENTÃO ="Recebe Prêmio"; SENÃO="Não Recebe Prêmio").
- b) =CASO(D2>(C2*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio").
- c) =CASO(D2>(C2*1,5);ENTÃO ="Recebe Prêmio"; SENÃO="Não Recebe Prêmio").
- d) =SE(D2>(C2*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio").
- e) =CONDIÇÃO(SE(D2>(C2*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio")).

63) Após fazer várias buscas na internet, um profissional não salvou, como anotação em papel nem utilizando a pasta adequada do navegador de internet, os endereços dos sites interessantes que visitou. Para não precisar realizar as buscas novamente, o profissional poderá ter acesso aos sites visitados na lista presente

- a) na *cache* do computador.
- b) nos *cookies* armazenados localmente.
- c) no diretório de *downloads* local.
- d) nos favoritos do navegador utilizado.
- e) no histórico de navegação do navegador utilizado.

64) Para proteger a rede (ou um sistema) de uma empresa, impedindo que *hackers* ou softwares mal-intencionados (como worms) obtenham acesso aos computadores através da rede ou da Internet, a empresa deve instalar um

- a) Bloqueador de *Pop-ups*.
- b) Bloqueador de *Spam*.
- c) *Firewall*.
- d) DNS.
- e) *Phishing*.

65) Suponha que você está viajando a trabalho e deve encaminhar relatórios diários sobre as reuniões, em um arquivo digital, para seu chefe. Nesse caso, considere as seguintes possibilidades pelas quais você pode encaminhar diariamente os seus relatórios:

- I) Salvando o arquivo na área de trabalho do seu computador.
- II) Enviando mensagens eletrônicas (*e-mail*) para o chefe, anexando relatórios.
- III) Utilizando um serviço de armazenamento de dados em nuvem, salvando os relatórios em uma área de dados, compartilhada entre você e o seu chefe, e enviando, em seguida, mensagens eletrônicas (*e-mail*) para seu chefe, informando o armazenamento dos relatórios.

A(s) assertiva(s), **VERDADEIRA(S)** é(são), somente

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) I.
- e) II.

66) O servidor público, segundo a Lei nº 8.112/90 e atualizações, responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições funcionais, **EXCETO**:

- a) a indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada em única parcela em trinta dias, não se admitindo parcelamento aos servidores aposentados ou que se encontre preso.
- b) nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.
- c) a responsabilidade civil decorre de ato comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário público ou a terceiros.
- d) a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- e) as sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si, mas a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

67) No ano de 2012, a UNIRIO realizou concurso público para o cargo de Professor Adjunto I, sendo aprovado no certame Marcus Silva, que nomeado em portaria pelo Reitor, tomou posse e, no prazo legal, entrou em exercício. Na avaliação para o desempenho do cargo decorrente do estágio probatório, verificou-se sua justa adequação a quase todos os fatores descrito na lei 8.112/90, exceto o dever de produtividade científica. Considerando essa situação hipotética, analise a questão do estágio probatório e os deveres funcionais do servidor Marcus Silva, conforme a lei regente:

- a) A ética no serviço público, assiduidade, responsabilidade, comportamento e a higiene pessoal são causas que podem levar o servidor à reprovação no estágio probatório, enquanto o dever da produtividade é relativizado por ser um fator subjetivo, não passível de exoneração.
- b) Caso adquirisse estabilidade no cargo de professor, só mediante sentença judicial poderia perdê-lo, em virtude de, após estágio probatório em que se afere a capacidade para o desempenho do cargo, pois o servidor Marcus Silva violou apenas um fator, o da produtividade, cumprindo os demais de forma integral. Nesse caso, o servidor Marcus Silva, apenas, foi reprovado parcialmente no estágio probatório e assim não será exonerado.
- c) Durante o estágio probatório se afere apenas a aptidão para o desempenho do cargo, Marcus Silva não poderá ser exonerado, apenas, em razão da infringência de apenas um dever funcional, o da produtividade, que deveria se somar a todos os outros fatores, para somente levar à reprovação no estágio probatório. Assim o servidor Marcus Silva não será exonerado.
- d) No estágio probatório se afere a aptidão e a capacidade para o desempenho do cargo de professor, no qual entre outros fatores, exige-se o de produtividade científica que não foi comprovada. Assim o servidor Marcus Silva não foi aprovado no estágio probatório e será exonerado, independentemente do cumprimento dos outros fatores indicados em lei.
- e) Mesmo que Marcus Silva fosse servidor estável da UNIRIO, somente seria afastado do serviço público devido à reprovação no estágio probatório sob o fundamento da baixa produtividade aliado à baixa assiduidade, já que no estágio probatório se afere, apenas, a capacidade para o desempenho do cargo.

68) A reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, conforme a Lei 8.112/90, denomina-se

- a) aproveitamento.
- b) readaptação.
- c) recondução.
- d) reintegração.
- e) disponibilidade.

69) Na reintegração de servidor e encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo. Quando o cargo público foi extinto, por decorrência no campo do avanço tecnológico, o servidor não será demitido, mas colocado em

- a) aproveitamento.
- b) readaptação.
- c) disponibilidade.
- d) recondução.
- e) na reserva.

70) No caso de deslocamento de cargo de provimento efetivo, por interesse da administração, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), denomina-se

- a) ajustamento de lotação e da força de trabalho.
- b) reserva renumerada.
- c) redistribuição.
- d) reorganização de órgão ou entidade.
- e) disponibilidade ou aproveitamento.